

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA

ATO Nº 70, DE 31 DE MARÇO DE 2025

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, no Estado de Santa Catarina, nomeado pela Portaria Nº 168, de 13 de abril de 2023, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 14/04/2023, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 153, inciso XII do Regimento Interno do INCRA, aprovado pela PORTARIA Nº 925, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2024, publicada no DOU de 31/12/2024, aprovada pelo DECRETO Nº 12.171, DE 9 DE SETEMBRO DE 2024 publicado no DOU de 10/09/2024.

CONSIDERANDO o teor do Laudo de Supervisão Ocupacional (SEI [5273653](#)), onde o técnico responsável realizou vistoria *in loco* e constatou que os Beneficiários, Sr. Arlindo Antunes da Silva (*in memoriam*) e Sra. Ivone Branco da Silva, não se encontram explorando o lote;

CONSIDERANDO consulta ao Comprovante de Situação Cadastral no CPF - Receita Federal RFB (SEI [5988761](#)), bem como Certidão de Óbito Matrícula nº 105486 01 55 2012 4 00016 034 0010126 18 (SEI [7882392](#)), os quais traz a informação de que o Sr. Arlindo Antunes da Silva (*in memoriam*) faleceu em 2012;

CONSIDERANDO o teor do Contrato Particular de Compra e Venda de Terreno Rural (SEI [7882429](#)) e a Certidão de Inteiro Teor da Matrícula nº 7.903, Livro nº 2-DD, Folhas 01, Ano 2003, do Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Ponte Serrada/SC (SEI [7882416](#));

CONSIDERANDO a Notificação nº 2010/2020 (SEI [7210897](#)) datada de 06/08/2020, verificável no Processo nº 54000.056402/2018-25 a publicação em Edital (SEI [7210544](#)) em 01/10/2020 conforme despacho ([7181881](#)) e Publicação dos editais recentes ([7210544](#)), objetivando oportunizar a ampla defesa e o contraditório, cujo objetivo trata de suposta irregularidade "não ceder, qualquer título, a posse ou a propriedade da parcela recebida, ainda que provisória e parcialmente, para uso ou exploração por terceiros", conforme estabelece o artigo 49 e o artigo 59 da IN Incra nº 99/2019 c/c artigo 5º inciso LV da Constituição Federativa do Brasil de 1988;

CONSIDERANDO que a beneficiária, Sra. Ivone Branco da Silva, sendo notificada, após expirado o prazo de trinta (30) dias contados após o fim do Estado de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), não apresentou defesa e/ou documentação comprobatória com vistas à regularização e retornar ao lote que lhe foi destinada, sendo as justificativas expressas nas referidas documentações pelos seus próprios fundamentos;

CONSIDERANDO esgotados os procedimentos administrativos de garantia da publicidade e direito de ampla defesa e contraditório em relação à resolução do Título de Domínio sob Condição Resolutiva por cessão irregular de imóvel PNRA;

CONSIDERANDO o teor da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993 c/c Decreto nº 9.311, de 15 de março de 2018 e Instrução Normativa Incra nº 99, de 30 de Dezembro de 2019;

CONSIDERANDO o Despacho Decisório nº 3527/2025/SR(10)SC-G/SR(10)SC/INCRA ([23331517](#)).

DECIDE:

RESOLVER o Título de Domínio sob Condição Resolutiva nº SC006100000018 firmado com os Beneficiários, Sr. ARLINDO ANTUNES DA SILVA (*in memoriam*) e Sra. IVONE BRANCO DA SILVA, assentados no Lote nº 11 do Projeto de Assentamento BOA VISTA DO JARDIM, localizado no município de VARGEÃO/SC;

Demais informações sobre o processo [21511.000244/1994-47](#), poderão ser obtidas através de consulta ao **sítio:** <http://www.incra.gov.br/sei>, aos **e-mails:** regularizacao.sc@incra.gov.br ou ua.sc@incra.gov.br, presencialmente **no endereço da Unidade Avançada:** Rua Guaporé, Número: 897 - E - Complemento: Sala 602 - Edifício Vertice Office - Bairro: Presidente Médice - CEP: 89801-161 ou pelo **telefone:** (49) 3513-0929 (aplicativo de mensagens e telefone fixo).

PUBLIQUE-SE no seguinte endereço eletrônico: <https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/reforma-agraria/notificacoes-assentamento/santa-catarina>.



Documento assinado eletronicamente por **Dirceu Luiz Dresch, Superintendente**, em 31/03/2025, às 14:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.incra.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **23685221** e o código CRC **C0E4572D**.

Criado por [kassia.santos](#), versão 3 por [kassia.santos](#) em 31/03/2025 11:46:31.